

Educação em Direitos Humanos:

Uma breve análise da experiência em estágio curricular em história no ensino médio da rede pública estadual do Rio Grande do Sul

Por Anita Natividade Carneiro¹

Resumo

Este relato trata da experiência do estágio obrigatório curricular em História no Ensino Médio, realizado na rede pública estadual do Rio Grande do Sul. A temática escolhida - a educação em direitos humanos no âmbito da disciplina de História - mostrou-se ser um desafio constante nessa prática docente, gerando diversas reflexões e modificações durante a mesma.

Palavras-chave: Ensino de História, Educação em Direitos Humanos, Ensino Médio.

Abstract

This report deals with the experience of the mandatory internship in History in High School, accomplished in a public school of the state of Rio Grande do Sul. The chosen theme - human rights education in the discipline of History - has proved to be a constant challenge in this teaching practice, generating several reflections and modifications during the same.

Keywords: History teaching, Human Rights Education, High School.

Introdução

O presente artigo tratará de uma reflexão sobre a prática docente no estágio curricular em História no Ensino Médio da rede pública estadual do Rio Grande do Sul na cidade de Porto Alegre, mais precisamente no Colégio Estadual Marechal Floriano Peixoto. O tema escolhido para ser problematizado: “Educação em Direitos Humanos” surgiu da preocupação em construir um planejamento que não apenas inserisse conteúdos referentes a disciplina da História, como também, questões que respeitassem, educassem e construíssem uma prática docente em direitos humanos.

As referências usadas para refletir sobre essa temática na prática docente do estágio curricular foram todas no sentido de como é possível educar em direitos humanos dentro do espaço escolar e ainda, algumas leituras mais especificamente sobre como fazer isso na disciplina História (FRANZEN, 2015; TEIXEIRA, 2014; ARAÚJO, 2004, 2005, 2013; BARBOSA, 2007). Um documento importantíssimo para esse artigo é o Plano Nacional de Educação

¹ Graduanda em História - Licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Artigo escrito no âmbito da disciplina “Estágio de Docência em História II – Ensino Médio” sob orientação da Prof.ª Dr.ª Carla Beatriz Meinerz, semestre 2017/1.

em Direitos Humanos² (2007) que é um projeto de orientação do Estado brasileiro. Além disso algumas leituras foram feitas com temáticas que atravessam os direitos humanos e outros assuntos como: marcos jurídicos da educação em direitos humanos (MAUÉS & WEYL, 2007), currículo (RAMOS & FRANGELLA, 2013), democracia política (ESTEVÃO, 2013), culturas juvenis (MARTINS & CARRANO, 2011) e cidadania (CARVALHO, 2004). Outros referenciais teóricos de autoras(es) consagradas(os) foram utilizados, como Vera Maria Ferrão Candau (1995, 2003, 2012), Paulo Freire (2016) e Rubem Alves (2004).

Dessa forma, através da minha prática docente, dos referenciais teóricos utilizados, pretendo realizar uma reflexão sobre como e quando a educação em direitos humanos perpassa o cotidiano escolar e o planejamento de conteúdos. Encerro essa introdução com um questionamento de Paulo Freire (2016) presente no livro *Pedagogia da Autonomia*: “Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina (...)? Por que não estabelecer uma ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? (...)” (pág.32).

A Escola

Desde o início fui muito bem recebida no Colégio Marechal Floriano Peixoto. Assim que assinaram o termo de estágio, deram-me uma cópia da História da Escola, que transcrevo aqui:

“Começamos como um Grupo Escolar em 1939, com sede na Av. Cristóvão Colombo, 1636. Doze anos depois trocou de sede para o nº486 na mesma avenida. Comemoramos o Jubileu de Prata em 30/04/1964 e, em 1975 passamos para o endereço atual, Rua Com. Coruja, 315.

Em 1977, a Escola passou a ser chamada E.E. Primeiro Grau Mal. Floriano Peixoto e no ano seguinte foi autorizado o Segundo Grau com habilitação em Aux. Escritório e Aux. de Nutrição. Em 1979, recebeu a denominação de E.E. de Primeiro e Segundo Graus Mal. Floriano Peixoto. Em 1984, passou a atender deficientes auditivos e Jardim de Infância. Em dezembro de 2000, nossa escola alterou a denominação para Colégio Mal. Floriano Peixoto, como é até hoje.

Quando foi fundada destacava-se marcando presença nos mais variados eventos sociais e culturais promovidos pela

² A partir de agora vou me referir ao Plano pela sigla PNEHD.

Comunidade. Hoje, representa muito mais sendo um centro educacional gratuito para uma Comunidade populosa, que é o bairro Floresta e, formando alunos culturalmente comprometidos e preparados para o Mercado de Trabalho.

O diferencial da nossa Escola é a localização geográfica, que recebe os alunos dos bairros periféricos de Porto Alegre e da região metropolitana, pelo excelente nível de convivência e também por sua respeitabilidade cultural. E por fim, estamos próximo do Centro, da Rodoviária, de um enorme Shopping, servindo por isso, de passagem para estágios e empregos para nossos alunos.”

Nesse documento podemos apreender então a história do colégio, como ele se coloca dentro da comunidade, e ainda podemos observar que existe uma clara preocupação da escola em inserir os educandos no mercado de trabalho³. A localização da escola é central e recebe estudantes de muitas regiões, como pude perceber na conversa que tive na primeira aula com a turma 211B.

A escola, fisicamente, tem um porte bem grande, possuindo dois andares, três quadras de esportes, uma sala de vídeo, uma sala de informática, uma biblioteca, inúmeras salas de aula, cozinha, sala dos professores, sala de atendimento do SOE, sala diretiva e secretaria. No geral, a escola encontra-se bem conservada, ainda que falte um maior cuidado com o ambiente externo e sua limpeza, classes que já não estão mais próprias para uso, disposição dos livros didáticos (dentro das salas) e organização do espaço da biblioteca.

Acredito que o cuidado e a forma com que são utilizados os espaços físicos da escola também influenciam na educação em direitos humanos. Afinal, um local bem cuidado pela comunidade que o vivencia, gerará bem estar e assim como um senso de responsabilidade dos educandos para com o mesmo. Dessa forma, a qualidade física do ambiente também contribui para uma educação pautada nos direitos humanos.

As Educandas/Os Educandos

Os(As) educandos(as) que fazem parte da turma 211B, turma localizada na parte inferior da escola, na terceira sala do corredor, são um grupo tranquilo. A turma de primeiro ano do ensino médio, tem ainda se acostumado

³ Essa preocupação está de acordo com diversas orientações educacionais que estão presentes tanto em âmbito municipal, estadual quanto nacional. Exemplos disso são a Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada do Ensino Médio (2011-2014) da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul; assim como a Lei de Diretrizes e Bases (2015) que, logo no, artigo 1 estabelece: “§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.”

com sua própria dinâmica, conhecendo seus colegas, pois a maioria de seus componentes proveio de outras escolas de ensino fundamental. Nota-se que o grupo com mais coesão são dos educandos que já foram colegas na etapa anterior.

As/Os estudantes que fazem parte dessa turma são mais ou menos 30 (os que comparecem a maioria das aulas), são de diversas regiões de Porto Alegre, a turma na sua divisão por gênero tem mais meninos, na sua divisão por cor de pele são mais meninas brancas que negras e meninos brancos e negros são parelhos. As culturas juvenis desse grupo aparecem nas suas interações, como a maneira de se vestir parecida com grupos dos quais fazem parte.

Na aula de apresentação, formamos uma roda, pedi para que eles falassem: nome, idade, em que escola estudava, em que bairro mora, trabalha ou tem alguma atividade fora da escola, qual matéria mais/menos gosta e atividade que gosta mais de fazer fora do colégio. Também fiz perguntas para o grande grupo:

- * Porque você está no Ensino Médio?
- * Porque estudar História?
- * Você tem acesso à internet/computador/celular?

No diário de classe sobre esse dia de apresentações eu escrevi as seguintes observações:

“Os alunos a maioria não mora tão perto da escola, um mora em Alvorada, os outros moram para a região norte, um no centro, e um ou outro em bairros próximos a escola. A maioria não tem atividades fora da escola, alguns fazem curso de inglês, uma menina aulas de dança, um menino joga na categoria de base de um time, e dois fazem estágio/menor aprendiz. Na questão da matéria que mais gosta e menos gosta, a maioria fala que não gosta de nenhuma. Alguns dizem matemática, outro diz literatura. Um fala história e brinco que este foi esperto por que puxou o saco da prof., logo em seguida o outro fala história também de brincadeira. Gostam de dormir, jogar jogos no computador, jogar futebol, ver séries.

Quando indagados sobre o porquê estarem no ensino médio, falam sobre serem obrigados e por que "querem ter um futuro" e eu questiono "mas será que pra ter futuro precisa de ensino médio?" e um aluno diz "acho que não, porque meu pai tem um futuro e ele não tem ensino médio". Na parte de estudar história, eles não sabem por que estudam, mas quando questiono se deveria tirar do currículo a maioria acha que não. Todos tem acesso à internet, mas no celular.”

Durante minhas quinze semanas de aula, fui, a cada encontro, entendendo cada vez mais a turma 211B, captan-

do o jeito que cada lecionando tem, suas dificuldades e qualidades. Percebi que a metodologia da aula expositivo-dialogada, com essa turma, não parece funcionar, eles não se sentem à vontade de participar, expor suas ideias, talvez por medo de errar, medo da reação que poderia vir dos colegas que mal conhecem. Dessa forma, fui adaptando meu planejamento para que houvesse mais agência desses estudantes nas aulas do que apenas expor o conteúdo.

Criei uma grande simpatia por esses estudantes, uma turma que ainda não é bem uma turma, mas que possui um potencial enorme individual e coletivo. Senti que fui bem acolhida, apesar de dificuldades que encontrei no caminho, como a questão da aula expositiva-dialogada, alunos desinteressados e até desrespeitosos.

As Educandas/Os Educandos

A prática docente voltada para uma educação em direitos humanos perpassa por diversos aspectos. Acredito que o fundamental na educação em direitos humanos é um/a educador/a que esteja inserido nesta base ideológica de pensamento, fazendo com que suas atitudes perante a turma, seu planejamento e aulas estejam em consonância com os direitos humanos.

Dessa maneira, muito mais do que um planejamento em direitos humanos, a prática do dia a dia da docência precisa estar alinhada com o respeito, justiça, cidadania, sem distinção de raça, nacionalidade, etnia, gênero, classe social, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, geração e deficiência (BRASIL, 2007, p. 23). A base ideológica, está sempre presente na pedagogia de cada educador/a, e, como disse Paulo Freire, “Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?”. Em tempos de Escola Sem Partido⁴, onde um ideal de neutralidade (que não existe) é requisitado dos educadores/as, precisamos continuar reafirmando que a educação sempre foi e sempre será uma intervenção política no mundo, sendo assim, seguindo no raciocínio de Paulo Freire: "Para que a educação não fosse uma forma política de intervenção no mundo era indispensável que o mundo em que ela se desse não fosse humano." (Apud. NASCIMENTO, M. In: CANDAU & SACAVINO (orgs.), 2003, p.115)

⁴ O Programa do Escola Sem Partido pode ser lido aqui <http://www.programaescolasempartido.org/> Acesso em 03/06/2017.

Quando faço a escolha por passar um conteúdo A, do que o conteúdo B, ou escolher planejar mais aulas sobre História das Antigas Sociedades Africanas do que Grécia Antiga. Quando escolho entrar em aula me preocupando apenas em “passar a matéria” do que contribuir para uma formação crítica e científica dos estudantes, estou realizando sim uma escolha por uma base ideológica.

No primeiro encontro com a turma 211B, disse para eles que a palavra “História” significava, para os antigos gregos, “pesquisa” e “investigação”, e fiz a seguinte citação:

"O senso comum se constrói e se sustenta no 'dizem que', ou seja, na opinião geral, na opinião em voga, no pensamento comum e acrítico gerador de tendências (dominantes) seguidas por quem não se ocupa em investigar, sendo que investigar o que possa estar acontecendo nem sempre é possível por quem não adquiriu esse hábito." (TIBURI, 2015, pág.166)

Essa citação é extremamente poderosa para o ensino de história em direitos humanos, pois mostra que romper com o senso comum faz parte de uma pedagogia focada na investigação, e que este hábito precisa nascer no âmbito da escola. O PNEDH, entende a escola contemporânea como:

“(…) local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas.” (BRASIL, 2007, pág. 31)

O Plano é o documento norteador dessa reflexão, como já foi dito, pois durante sua redação aparecem princípios, objetivos, ações que a educação básica deveria inserir na sua prática educativa. É um documento completo e simples de ser entendido, no entanto, como aparece no estudo de Cinthia Araújo (2013), a maioria dos professores de História desconhece documentos orientadores da educação em direitos humanos.

Os princípios norteadores da educação em direitos humanos, segundo o PNEDH são:

- a) a educação deve ter a função de desenvolver uma cultura de direitos humanos em todos os espaços sociais;
- b) a escola, como espaço privilegiado para a construção e consolidação da cultura de direitos humanos, deve assegurar que os objetivos e as práticas a serem adotados sejam coerentes com os valores e princípios da educação em direitos humanos;

c) a educação em direitos humanos, por seu caráter coletivo, democrático e participativo, deve ocorrer em espaços marcados pelo entendimento mútuo, respeito e responsabilidade;

d) a educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação;

e) a educação em direitos humanos deve ser um dos eixos fundamentais da educação básica e permear o currículo, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, o projeto político pedagógico da escola, os materiais didático-pedagógicos, o modelo de gestão e a avaliação;

f) a prática escolar deve ser orientada para a educação em direitos humanos, assegurando o seu caráter transversal e a relação dialógica entre os diversos atores sociais.” (BRASIL, 2007, pág. 32)

Como podemos observar, a educação em direitos humanos trata-se de um princípio muito além de passar um conteúdo voltado para os direitos humanos, mas sim toda uma prática educativa que permeia o currículo, formação dos professores, projeto político pedagógico, materiais, gestão e avaliação. Reforçar a coletividade no ambiente educacional, entendendo que não existe escola sem alunos, e que estes deveriam estar mais presentes e serem mais ouvidos sobre a sua educação.

A prática docente

O estágio curricular em história possibilitou que a minha prática docente fosse permeada pela temática dos direitos humanos, desde a construção do planejamento até a vivência com os educandos, procurei ao máximo estar em consonância com essa base inclusiva de pensamento. Foquei principalmente em “Uma educação que promova o empoderamento individual e coletivo, especialmente dos grupos sociais desfavorecidos ou discriminados” (SACAVINO In: CANDAU & SACAVINO, 2003 pág.46). Ainda, de acordo com o PNEDH, uma das ações programáticas em que baseei minha prática docente foi em:

“9. Fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada

dos(as) trabalhadores(as) da educação para lidar criticamente com esses temas;” (BRASIL, 2007, pág. 33).

Nos primeiros encontros, trabalhamos em especial com a questão da representação. Sendo assim, na primeira aula vimos o vídeo “Os perigos de uma História única”⁵ da escritora nigeriana Chimamanda Adichie, no qual, através dos seus exemplos de vida, nos convida a questionar sobre o cuidado que temos que tomar quando nos deparamos com uma história que parece essencializar um povo, nação, grupo, etc. Nas aulas seguintes trabalhamos com as Antigas Sociedades Africanas (Reino Kush, Reino de Axum, Civilização Nok e Antigo Egito), as aulas expositivas dialogadas desse conteúdo serviram tanto para problematizar com os alunos a questão de que existiram diversas sociedades com culturas próprias antes da chegada de colonizadores, como também, serviu para quebrar com o mito do Egito branco. Pude notar que eles de fato apreenderam isso no momento da avaliação escrita que realizei com essas duas problematizações.

No decorrer do trimestre, trabalhamos com outras sociedades que fazem parte do mundo antigo como hebreus, persas, chineses, japoneses, indianos, gregos, fenícios e indígenas que habitavam a região que hoje chamamos de Brasil, com isso pretendi enfatizar, nas escolhas de conteúdo acerca dos povos antigos, a concepção de uma antiguidade global e não apenas europeia ou eurocentrada. A educação em direitos humanos também está presente nessa concepção global do período histórico, pois, acredito que, para os educandos, compreender as diversas maneiras que haviam de se viver na antiguidade fazem parte disso, desenvolve a noção de respeito com os modos de vida e de ver o mundo.

Algumas atividades avaliativas que realizei com os estudantes também tentam aproximar ao máximo de uma educação em direitos humanos. Como o trabalho na sala de informática, em que pedi para que eles criassem uma paródia com uma música que eles escolhessem de um dos conteúdos vistos até o momento, esse trabalho procurou se aproximar das culturas juvenis (MARTINS & CARRANO, 2011), e pude perceber que músicas eles escutam, de que forma trabalharam em grupo, como pesquisaram/investigaram mais sobre o conteúdo através da internet, etc.

Outra atividade foi a oficina de relações de gênero na antiguidade, no qual trouxemos⁶ fontes primárias e secundárias para os alunos analisarem, debaterem em pequeno e grande grupo, exercitarem a escrita e síntese do que

⁵ Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZUtlR1ZWtEY> Acesso em 04/06/2016.

⁶ Nessa oficina a minha colega de curso Lóren Pellisoli participou do planejamento, pesquisa e aplicação da mesma.

observaram nas fontes, etc. Além de uma forma de trabalho voltada aos direitos humanos, como a oficina se propõe (CANDAU, Et. al., 1995. OMISTE & LÓPEZ & RAMÍREZ In: CANDAU & SACAVINO, 2003, pág. 178.), o seu conteúdo, relações de gênero também trabalha com essa base ideológica. A oficina proporcionou que os educandos fossem agentes do seu conhecimento através de fontes, dessa forma, rompe com a educação bancária (FREIRE, 2016), sendo assim:

“A narração, de que o educador é sujeito, conduz aos educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em ‘vasilhas’, em recipientes a serem ‘enchidos’ pelo educador (...). Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante.” (FREIRE, 2016, pág. 80)

Além desses trabalhos, realizei uma atividade denominada “Caixa de Inspirações: Diálogos”⁷ no qual houve um trabalho em grupo com leitura de textos e assistir vídeos que nos instigassem a pensar em como construir diálogos saudáveis e respeitosos uns com os outros, mesmo que divergíssemos de opiniões sobre qualquer assunto. Procurei, com essas atividades avaliativas, fortalecer o trabalho em grupo, os debates, a investigação, a criatividade e respeito com a construção da aprendizagem desses educandos.

Em alguns momentos com a turma também trabalhei questões como o vestibular e a universidade, com a o jogo (assustador) que estava causando muita preocupação da sociedade (“Baleia Azul”⁸), além de conversar com alunos sobre a situação política do país, sobre notícias que eles estavam comentando em aula. Enfim, o espaço das aulas de História foi muito além do que apenas o conteúdo programático preveria, convidando a criar um local de debate sobre assuntos que muitas vezes esses estudantes não encontram no seu cotidiano.

Considerações finais

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática.” Paulo Freire

⁷ Conteúdo completo da Caixa disponível em <http://editalcocacola.videocamp.com/caixa-de-inspiracoes> Acesso em 04/06/2017.

⁸ Para saber mais sobre o jogo e o que a escola pode fazer sobre: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1790/jogo-baleia-azul-o-que-a-escola-pode-fazer> Acesso em 04/06/2017.

A prática docente que se estrutura no planejamento e é posta em exercício a cada período em que me encontrei com a turma 211B foi uma construção, tenho diversas críticas ao que poderia ter feito, como fazer menos aulas expositivas dialogadas, construir um espaço muito mais democrático também, com plena participação dos alunos em escolhas de conteúdo e avaliações.

No entanto, compreendo as limitações que apenas quinze semanas de aula e minha posição como estagiária podem trazer para essa prática. Com certeza este estágio, e também o estágio anterior à este, do ensino fundamental, foram extremamente construtivos para minha formação como professora. Um momento em que, como diz a frase de Paulo Freire, pude diminuir a distância de tudo o que dizia e pensava sobre educação para finalmente pôr em prática, ajustar o que percebia de errado, me colocar no lugar do educadora, aprender a conviver com os educandos e educandas.

Assim como no artigo que lemos para a disciplina de Estágio II – Ensino Médio, “Dois Monólogos Não Fazem um Diálogo: jovens e ensino médio” (GIL & SEFFNER, 2016), que trata da interação entre educador e jovem, da maneira que podemos ultrapassar essa visão tradicional das juventudes como “desinteressadas”, “problemáticas”, entre outros estereótipos. Compreendendo assim, que não basta haver um monólogo por parte do/da educador/educadora e nem por parte do educando/educanda, é preciso que as duas partes estejam dispostas a respeitar uns aos outros. Sendo assim possível realizar um diálogo, sendo este um dos princípios básicos da educação em direitos humanos, estabelecendo uma conexão de troca de saberes, não mais sendo o educador como “aquele que detém o conhecimento”, mas sim mais um personagem do contexto escolar que tem muito o que aprender com seus educandos também.

Que esta atualização da minha prática docente seja permanente, que sigamos compreendendo a maneira transformadora que a educação tem na vida de cada um. Principalmente uma educação que está preocupada com a cidadania, os direitos humanos e que é capaz de potencializar a maneira com que cada educando tem de perceber as injustiças e desigualdades ao seu redor e modificá-las para construir um mundo melhor.

Referências Bibliográficas

ALVES, Rubem. **Aprendiz de mim: um bairro que virou escola**. Campinas, São Paulo: Papirus, 128p., 2004.

ARAÚJO, Cinthia. Alianças entre o PNEDH e o ensino de história: concepções docentes sobre as relações entre educação e direitos humanos. **Educação**, Porto Alegre, v.36, n.1, pp. 67-73, jan./abr. 2013.

_____. Ser igual ou ser diferente? O ensino de História e a educação em direitos humanos. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 23, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005.

_____. Educar para “o nunca mais”: **Ensino de História e Educação em Direitos Humanos**. Anais do 5º Encontro Perspectivas do Ensino de História, 2004. Disponível em <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/FEH/article/viewFile/5289/4228> Acesso em 20/05/2017.

BARBOSA, Marco Antônio Rodrigues. Memória, verdade e educação em direitos humanos. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. 513p. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/> Acesso em 01/06/2017.

BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Unesco, 76p., 2007.

BRASIL. LDB nacional [recurso eletrônico]: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/proen/ldb_11ed.pdf Acesso em 10/07/2017.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.33, n.120, pp.715-726, jul.-set. 2012.

_____. Et.al. **Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos**, 4ª ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 125p., 1995.

_____; SACAIVINO, Susana (Orgs.). **Educar em Direitos Humanos: construir democracia**. 2ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 200p., 2003.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; SACAIVINO, Susana Beatriz. Educação em direitos humanos e formação de educadores. **Educação**, Porto Alegre, v.36, n.1, p.59-66, jan./abr. 2013.

CARVALHO, José Sérgio (Org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 366p., 2004.

ESTEVIÃO, Carlos Alberto Vilar. Democracia política, democracia escolar e educação para os direitos humanos. **Educação**, Porto Alegre, v.36, n.1, pp.28-34, jan./abr. 2013.

FRANZEN, Douglas Orestes. Ensino de História numa perspectiva de Direitos Humanos: Métodos e abordagens possíveis no ambiente escolar. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados- MS, v.17, n.30, pp.11-26, jul.-dez. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 54ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 143p., 2016.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 62ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 253p., 2016.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; SEFFNER, Fernando. Dois monólogos não fazem um diálogo: jovens e ensino médio. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.41, n.1, pp.175-192, jan./mar. 2016.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. **Educação**, Santa Maria, v.36, n.1, pp.43-56, jan.-abr. 2011.

MAUÉS, Antonio; WEYL, Paulo. Fundamentos e marcos jurídicos da educação em direitos humanos. Pp.103-115. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. 513p. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/> Acesso em 01/06/2017.

RAMOS, Aura Helena; FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. Currículo de educação em direitos humanos: sentidos

em embates/articulações. **Educação**, Porto Alegre, v.36, n.1, pp.14-20, jan./abr. 2013.

TEIXEIRA, Rodrigo Dias. Ensino de História e Direitos Humanos: em busca de uma prática de aprendizagem libertadora. **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas**. 2014. Disponível em http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400548384_ARQUIVO_ensinoedireitoshumanos.pdf Acesso em 01/06/2017.

TIBURI, Márcia. **Como conversar com um fascista**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 196p., 2015.